

**JNT - FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY
JOURNAL ISSN: 2526-4281 - QUALIS B1**



**A VULNERABILIDADE VIVENCIADA PELA COMUNIDADE LGBT
NO ATENDIMENTO LGBT DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

**THE VULNERABILITY EXPERIENCED BY THE LGBT
COMMUNITY IN THE LGBT CARE OF THE UNITED HEALTH
SYSTEM**

Michael Jonny Souza LOPES
Faculdade de Palmas (FAPAL)
E-mail: michaeljonny@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9427-6048>

Raylton Aparecido Nascimento SILVA
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
E-mail: rayltonsilva97@uft.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3832-7685>

Thiago Oliveira Sabino de LIM
Faculdade de Palmas (FAPAL)
E-mail: thiagosabino@uft.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2677-9481>

Giovanna Felipe CAVALCANTE
Faculdade de Palmas (FAPAL)
E-mail: giovannafelipe@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1651-4527>

Layane Mota de Souza de JESUS
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: laynaemota@ufma.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6598-1557>

Ruhena Kelber ABRÃO
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
E-mail: kelberabrao@uft.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5280-6263>



RESUMO

O objetivo desse artigo foi levantar os fatores que vulnerabilizam a saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBT). A metodologia empregada foi uma revisão qualitativa narrativa, visando demonstrar os fatores que causam problemas para a comunidade LGBT, por meio de uma revisão bibliográfica de conteúdo científico. Nos resultados foram encontradas, demandas muito específicas, essas elegem o preconceito e violência, como principal tribulação dos problemas da saúde pública, assim como fator de segregação social e aflição das minorias. O levantamento dos artigos ainda evidencia a hegemonia do patriarcado traz de volta o conservadorismo, fator esse que desmembra direitos básicos da comunidade LGBT, como o direito a saúde. A incitação ao ódio advinda de líderes políticos, ainda gera um estado de impenitência ao preconceito e violência, pois eles deveriam proteger o direito de todos, pois se os ataques vêm deles, dá o direito indireto de ser praticado também pela sociedade. Ao fim concluiu-se que, mesmo com as Políticas de Saúde Pública, voltadas a atender a comunidade LGBT, e a criminalização a fim de proteger os direitos da comunidade gay, não é um fator efetivo, muito menos gera segurança. Essa conquista mesmo que pequena e bem-vinda, não soluciona os casos de mortes violentas, tão pouco a discriminação.

Palavras-chave: Minorias sexuais e de gênero. Vulnerabilidade sexual. Homofobia.

ABSTRACT

The objective of this article was to raise the factors that make Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite and Transsexual (LGBT) health vulnerable. The methodology used was a qualitative narrative review, aiming at demonstrating the factors that cause problems for the LGBT community, through a bibliographic review of scientific content. The results found very specific demands, which choose prejudice and violence as the main tribulation of public health problems, as well as a factor of social segregation and affliction of minorities. The survey of articles also makes clear that the hegemony of patriarchy brings back conservatism, a factor that demembers basic rights of the LGBT community, such as the right to health. The incitement to hatred from political leaders still generates a state of impenitence to prejudice and violence, since they should protect the rights of all. And if the

Michael Jonny Souza LOPES; Raylton Aparecido Nascimento SILVA; Thiago Oliveira Sabino de LIMA; Giovanna Felipe CAVALCANTE; Layane Mota de Souza DE JESUS; Ruhena Kelber ABRÃO. A VULNERABILIDADE VIVENCIADA PELA COMUNIDADE LGBT NO ATENDIMENTO LGBT DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO-2022. Ed. 40. V. 01. Págs. 70-83. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

attacks come from them, it gives the indirect right to be practiced also by society. In the end, it was concluded that, even with Public Health Policies, aimed at serving the LGBT community, and criminalization in order to protect the rights of the gay community, is not an effective factor, much less generates security. This achievement, however small and welcome, does not solve cases of violent deaths, nor does it solve discrimination.

Keywords: Sexual and gender minorities. Sexual vulnerability. Homophobia.

INTRODUÇÃO

A população brasileira atualmente chega a cerca de 212 milhões de pessoas de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2020), e fazem parte desta estimativa cerca de 18 milhões de pessoas inclusas na comunidade Gay, Lésbica, Travesti e Transexual (LGBT) ultrapassando as 18 milhões de pessoas (GAZETA WEB, 2012).

A homofobia pode ser descrita por como à aversão irreprimível, repugnância, medo e ódio, que a sociedade cultua contra pessoas da comunidade Gay, Lésbica, Bissexual e Transexuais, e um dos principais aspectos que causam problemas para a comunidade LGBT (ANDRADE, 2017). Esse problema surgiu na Idade Média e durante a história foi identificado que a imposição religiosa era um dos principais aspectos condenatórios das questões homossexuais, a influência da igreja baseada em textos bíblicos, trouxe à tona o início do preconceito contra LGBT's, existente atualmente (SILVA et al., 2009).

O preconceito, no entanto, dificulta a acessibilidade aos direitos básicos dessa parcela social, tais como o acesso à saúde: “devido à não adequação de gênero com o sexo biológico ou à identidade sexual não heteronormativa, tem seus direitos humanos básicos agredidos, e muitas vezes se encontra em situação de vulnerabilidade” (RODRIGUES E FERRO, 2012).

O Brasil conta com um dos principais sistemas de saúde do mundo o Sistema Único de Saúde (SUS), que por meio da lei Nº 8.080 aprovada pelo Congresso Nacional em 1990, que prevê atendimento gratuito e resolutivo para toda sociedade, pautado em integralidade, universalidade e equidade, por tanto devendo atender todos independente de religião, cor ou sexo (BRASIL, 1990; SALES, et al 2019). Contudo, o preconceito faz com que os princípios do SUS entrem em desacordo com seus objetivos, assim ficando claro que o

maior problema experienciado pela comunidade LGBT e o preconceito (LEGAIS, 2017). Assim os princípios do SUS acabam sendo negligenciados por seus próprios profissionais que devido a falta de preparo acabam não suprimindo as demandas dessa comunidade.

Todavia em uma tentativa de melhorar o acesso à saúde desta comunidade o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, instituiu as Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), visando um atendimento integral e sem preconceito, resolutivo e buscando igualar direitos de acessibilidade a saúde (BRASIL, 2011). Porém, mesmo após as políticas de saúde LGBT, não é satisfatório, ainda, o atendimento, muito menos a resolução de problemas. Estudos como de Honorato (2019) relatam que o preconceito institucionalizado, marginaliza a comunidade gay, e o padrão heteronormativo e estereotipado, classifica por si so as pessoas desse gênero como portadoras primarias de patologias sexualmente transmissíveis (HONORATO, 2019).

Se essa comunidade ainda não consegue ter acesso às políticas de saúde públicas, quais são esses impedimentos? Onde está o sistema equitativo pregado pelos governantes e os direitos estão sendo violados, ou realmente a demanda de saúde LGTB, são apenas coquetéis anti-HIV? A ausência de estudos sobre o tema implica diretamente na problemática, o espaço para discussões assim minimizado pela falta de conteúdo científico, contudo como descrito, a homofobia e discriminação sem dúvidas um dos motivos pelo qual a comunidade LGBT, não procura o sistema de saúde pública (SANTANA et al, 2021).

Com finalidade demonstra fatos que levam a vulnerabilidade da comunidade LGBT, fatos esses que implicam diretamente nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), dando assim a luz da compreensão para as demandas de saúde da comunidade LGBT, bem como por meio das prevalências obtidas, os acadêmicos e professores possam assim ter conhecimento dos problemas e das necessidades da comunidade LGBT, podendo assim incitar a curiosidade, para a iniciação dos estudos sobre essas demandas ainda em sala de aula, contribuindo para a formação de um profissional mais qualificado tal como a Política de Saúde LGBT propõe.

Logo, tivemos como objetivo realizar um levantamento dos principais problemas vivenciados pela comunidade LGBT ao buscar Sistema Único de Saúde (SUS), descritos na literatura, bem como estabelecer dados sobre vulnerabilidade da comunidade LGBT.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para dar início ao entendimento do contexto desta revisão é importante frisar algumas definições acerca da comunidade LGBT, do sistema de saúde brasileiro, para que não aconteçam equívocos nas descrições a seguir.

Se tratando do tema sexualidade humana, pode se definir sexualidade como o modo incorporado no ser, e suas práticas, ou seja, a homossexualidade e heterossexualidade são modos incorporados de práticas que definem e exprimem o ser de cada um, (FOCAULT et al., 2003). Já o gênero é complexo de se definir, pois muitos sociólogos e pesquisadores acabam polarizando esse conceito, contudo gênero não depende do estado biológico (JESUS, 2012, p. 34) define gênero por:

Gênero se refere a formas de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher. Orientação sexual se refere à atração afetivossexual por alguém de algum/ns gênero/s. Uma dimensão não depende da outra, não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas, assim, nem todo homem e mulher é “naturalmente” heterossexual.

Por contexto de sexo biológico entende-se pela presença de um pênis ou uma vagina no ato do nascimento, no qual o médico identifica visualmente o corpo e define se o ser nascido macho ou fêmea. Essa definição e apenas de cunho visual biológico, não leva em considerações fatores externos, pois a sexualidade do recém-nascido ainda está em desenvolvimento (EIRAS, 2019).

Sendo assim o ser deve ser compreendido por um todo e não apenas o aspecto físico, limitado ao corpo biológico recebido em sua concepção, para se definir um ser humano, os aspectos sociais, sexuais e culturais devem sempre ser levados em consideração (QUIXABEIRA, FERREIRA, 2021). A ideia de preconceito pode ser definida como ideia e achismos, atitudes de efeito negativo contra uma parcela social, (SILVA, 2003). Logo, o preconceito é algo predefinido nas crenças do ser que por sua vez, influencia seu modo de pensar e agir.

CRISTIANISMO E O PRECONCEITO

Em meados dos anos de 1347 a peste negra desalentou a Europa, a ideologia Cristã viu então a oportunidade de banir de vez as práticas homossexuais dos homens, culpando as pragas e guerras pelas praticas dos mesmos, logo mais começou a caça e morte aos

Michael Jonny Souza LOPES; Raylton Aparecido Nascimento SILVA; Thiago Oliveira Sabino de LIMA; Giovanna Felipe CAVALCANTE; Layane Mota de Souza DE JESUS; Ruhena Kelber ABRÃO. A VULNERABILIDADE VIVENCIADA PELA COMUNIDADE LGBT NO ATENDIMENTO LGBT DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO-2022. Ed. 40. V. 01. Págs. 70-83. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

hereges assim considerados pelos Cristões, em uma descrição histórica das práticas homossexuais (RODRIGUES et al., 2019). Ainda hoje essas definições antigas, fazem se valer em sermões em templos cristões, como predefinições de um contexto de salvação, esse que abomina as diferenças de gênero. O processo de cura gay, sua manipulação e adoecimento mental, causado por uma perseguição em massa a comunidade gay (MARTINS, 2019).

De acordo com o relatório do Grupo Gay da Bahia (2016), registros de morte por homofobia foi de 329 pessoas da comunidade LGBT, mesmo após o Supremo Tribunal Federal (STF), ter enquadrado e criminalizado a homofobia no Brasil por meio da PL 122 (BRASIL, 2019), ainda de acordo com o Grupo, 32 óbitos, foram por suicídio, algo que incide diretamente na saúde mental da população LGBT brasileira.

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS E CONTEXTO ATUAL.

As políticas de saúde LGBT, foram criadas em 2011 pelo Ministério da Saúde, pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, com intuito de amortizar o impacto que o preconceito tem no adoecimento físico e psicológico desta comunidade, a fim de fazer valer os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), criada considerando o direito constituinte do art. 196 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Contudo de acordo com levantamento dos últimos 3 anos houve-se um aumento no número de mortos por violência, foi de 401 mortos, expressivamente parece pouco, todavia isso nos dá uma média de 1 caso de morte violenta a cada 24 horas, (GRUPO GAY DA BAHIA; 2019). Esses dados levam a questionar se as medidas do Estado realmente têm um efeito expressivo na comunidade LGBT. Entrando em pleno desacordo com a proposta das Políticas de Saúde LGTB.

Não Obstante, a incitação ao ódio na política atual e algo recorrente dos atuais representantes políticos do Brasil, no dia 24 de setembro de 2020, mais uma declaração homofóbica vinda agora do Ministério, a mesma feita pelo Ministro da educação Milton Ribeiro, sobre o discurso de gênero nas escolas, e algo que fere os direitos religiosos, ainda declarou em entrevista que adolescentes que seguem a vida homossexual são filhos de famílias desajustadas (FOLHAPRESS, 2020).

Essas declarações, apenas abrem mais caminho para a disseminação de ódio contra a comunidade LGBT, um problema ainda vivido mesmo após a criminalização da

homofobia pelo Supremo Tribunal Federal em 2019. Em 14 de maio de 2019, o atual Presidente Jair Bolsonaro, foi condenado por declarações homofóbicas, de acordo com o site de notícias Brasil de Fato o presidente havia levantado a bandeira homofóbica ao ser questionado sobre ter um filho gay, o Presidente foi bem categórico afirmando que: “jamais teria um filho gay pois essa preocupação ele não levaria seus filhos tiveram boa educação” (DEISTER, 2019, p. 45).

Essas declarações vindas de uma autoridade que deveria ser imparcial sobre tais temas, levantam apenas ódio e dá o direito de pessoas homofóbicas declararem seu ódio contra a comunidade LGBT, de onde deveria vir à proteção e a garantia dos direitos Gays, e de onde o preconceito nasce no Brasil. Sendo assim essa comunidade vive um caso de intensa violação dos direitos humanos, datados em 1996 pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, evidencia a garantia dos direitos civis e políticos que foi alterado no decorrer dos anos. E em 2010 e sua terceira versão deixa expresso à garantia de direitos iguais da comunidade LGBT (DUARTE, 2018).

Mesmo após a implementação do programa, que deveria dar apoio a comunidade LGBT, não se encontra no sistema do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), nenhum dado referente à violência contra essa comunidade, e desde 2014 não a um registro no sistema de notificações referentes a esse tema (DUARTE, 2018). O sistema diverge de suas propostas, das quais poderiam ser completas e assim fazer valer o direito da comunidade LGBT, todavia as políticas atuais parecem não manifestar interesse sobre a temática, à apenas mensurações e incitações ao preconceito e discriminação aumentam assim os fatos de adoecimento desta comunidade (CARDOSO E FERRO, 2012).

Outro fator predominante, a luta pelo mínimo do direito à cidadania de mulheres trans no Brasil que com afoiteza lutam pela equidade, contudo descreve sua luta como um risco a vida. Assim seus direitos são privados, sem acesso a saúde educação, e muitas vezes o simples direito a liberdade. Suas necessidades são negligenciadas por uma política falha (CORREIO BRAZILIENSE, 2020).

METODOLOGIA

A metodologia empregada foi de uma revisão qualitativa narrativa, do qual foi selecionado como base de dados os artigos científicos disponíveis na plataforma da

Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), com algumas condições, tais como; O espaço cronológico da pesquisa entre 2015 a 2020, o agrupamento por data de publicação, esse espaço cronológico, foi selecionado para evitar discordância e para ter uma melhor avaliação do período pós-implementação das Políticas de Saúde LGBT, sendo assim pode-se avaliar a real condições que o grupo pesquisado está. Descritores selecionados foram: “Minorias sexuais e de gênero”; “Vulnerabilidade sexual”; “Homofobia”.O assunto principal selecionado foi: “Minorias sexuais e de gênero” e “Pessoas transgênero”

Dos artigos selecionados foram excluídos por processo de seleção simplificada vinte artigos, dos quais não apresentavam afinidade com o tema, estavam em inglês, ou pagos, dos quais foram avaliados e selecionados nove artigos que se enquadraram dentro dos critérios deste trabalho.

RESULTADO E DISCUSSÃO

De 9 artigos pesquisados, cuja temática é sobre: Vulnerabilidade Vivenciada pela Comunidade LGBT o Atendimento de Saúde Pública, fez-se uma discussão do ponto de vista elencado pelos pesquisados, assim obtendo um panorama dinâmico dos problemas e hipóteses levantadas, de acordo com artigos listados abaixo:

Tabela 1: Seleção

Descritor	Filtrados:	Excluídos	Selecionados
Minorias sexuais e de gênero	21	14	7
Pessoas transgênero	5	4	1
Comunicação em saúde	3	2	1
TOTAL	29	20	9

Fonte: Os autores (2020).

Tabela 2: Seleção dados

Bases de dados	Título	Autor	Ano	Considerações	Problemática
BVS	(In)visibilidades da saúde da população LGBT no Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS), Brasil	Mandarino, A.; Silva, J.; Couto, W.; Gomberg, E.	2019	Levantamento da visibilidade dos direitos em saúde pública e deficiências do sistema.	Direitos negligenciados; Preconceito; Discriminação; Deficiências do sistema de Saúde.

Michael Jonny Souza LOPES; Raylton Aparecido Nascimento SILVA; Thiago Oliveira Sabino de LIMA; Giovanna Felipe CAVALCANTE; Layane Mota de Souza DE JESUS; Ruhena Kelber ABRÃO. A VULNERABILIDADE VIVENCIADA PELA COMUNIDADE LGBT NO ATENDIMENTO LGBT DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO-2022. Ed. 40. V. 01. Págs. 70-83. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

BVS	Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil	Miura, E.; Santos, C.; Redoschi, B.; Alves, L.; Veras, M.		Estudo transversal dos fatores psicológicos que causam bem estar, e saúde mental.	Preconceito; Discriminação; Vulnerabilidade; Situação Social; Estudo; Preconceito Institucionalizado
BVS	Do AZT à PrEP e à PEP: aids, HIV, movimento LGBTI e jornalismo	Carvalho, C.; Azevêdo, J.;	2019	Levantamento da prevalência de notícias e preconceito contra comunidade LGBT.	Notícias Dados de Estatística; A Saúde predisposta a IST; Sistema de Notícias Difamatória.
BVS	Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial	Mendes, W.; Silva, C.;	2020	Levantamento da taxa de homicídios na comunidade de Gays, Lésbicas, travestis, e transsexuais no Brasil.	Taxa de Homicídios; Agressão e Homofobia; Violência Familiar; Fatores Vulnerabilizantes.
BVS	Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbico .	Medeiros, E	2019	Levantamento sobre combate a crimes de ódio e a política atual, assim como seus feito para comunidade LGBT.	Crime de ódio Político; Aumento da Violência Justificada; Preconceito Político.
BVS	Nós versus eles: ódio biopolítica contra a população LGBT no Twitter de Marco Feliciano	Dalmolin, A.; Castilho, M.; Filiciani, M.	2019	Avaliação das políticas atuais e incitação ao ódio	Governança do Preconceito; Preconceito Democratizado.
BVS	O direito à saúde de pessoas trans* no Distrito Federal: entre o direito de existir e o direito à equidade	Oliveira, B.; Silva, M.; Souza, M.	2019	Levantamento de como a comunidade LGBT, entende os direitos a saúde.	Despreparo Profissional no atendimento a demandas LGBT; Preconceito Pelos Atendentes de Saúde.
BVS	Práticas sexuais e cuidados em saúde de mulheres que fazem sexo com mulheres: 2013-2014	Rufino, A.; Madeiro, A.; Trinidad, A.; Santos, R.; Freitas, I.	2018	Discursão de dificuldades encontradas por mulheres lésbicas e bissexuais em atendimento em saúde.	Preconceito Lesbofobia Clínica; Falta de Preparo Profissional.

BVS	Violência física contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do nordeste brasileiro	Parente, J.; Moreira, F.; Albuquerque, G.	2017	Levantamento sobre violência contra LGBT, e desenvolvimento de políticas públicas contra preconceito.	Preconceito; Adoecimento mental; Violência e Quebra do Ciclo Familiar; Política da Estatística.
-----	--	---	------	---	---

Fonte: os autores 2020

Os eixos temáticos dos artigos acima, dizem respeito a categorias de discursões eleitas pelos autores e seus temas em questão, os artigos possuem um consenso em um tema, que é perceptível, o preconceito, que dos mencionados todos fazem referência ao problema como maior estado vulnerabilizante da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (LGBT).

Nos artigos ainda foram encontrados informações relevantes sobre a vulnerabilização que a comunidade sofre e ainda a parcela desta comunidade que mais é atingida pela discriminação e preconceito, e a de travestis, a instalação de uma ideia de que ao buscar o Sistema Único de Saúde a comunidade LGBT, só possui uma demanda (RUFINO, et al. 2018; PARENTE et. al., 2017).

A demanda em questão se dá pelo pressuposto que uma travesti, so busca o sistema de saúde, porque esta atras de testes de HIV, ou para tratar alguma Infecção Sexualmente Transmissível, (IST), não levando em consideração as demais demandas de saúde que essa pessoa tenha (CARVALHO; AZEVÊDO, 2019).

Já o homicídio é algo relacionado diretamente à saúde LGBT, afinal afeta indiscriminadamente o sistema de saúde e as taxas de mortalidade, que compõem os indicadores do SUS (ZUCHI et al, 2019). O sistema ainda não possui uma pesquisa fixa dos indicadores de saúde LGBT, por tanto essas são feitas separadamente. O homicídio é descrito pela pesquisadora Cecilia Minayo (2008) como:

O fenômeno possui causas múltiplas, complexas e correlacionadas com determinantes sociais e econômicos: desemprego, baixa escolaridade, concentração de renda, exclusão social, entre outros, além de aspectos relacionados aos comportamentos e cultura, como o machismo, o racismo e a homofobia (MINAYO, 2008, p. 45).

Esse fenômeno tem altas taxas e os programas de assistência e acessibilidade à saúde não são efetivos no combate contra violência e preconceito, tão pouco a criminalização da homofobia não é efetiva nesse sentido (MENDES et al, 2020).

Michael Jonny Souza LOPES; Raylton Aparecido Nascimento SILVA; Thiago Oliveira Sabino de LIMA; Giovanna Felipe CAVALCANTE; Layane Mota de Souza DE JESUS; Ruhena Kelber ABRÃO. A VULNERABILIDADE VIVENCIADA PELA COMUNIDADE LGBT NO ATENDIMENTO LGBT DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO-2022. Ed. 40. V. 01. Págs. 70-83. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.

Outro fator importante encontrado, foi a falta de pesquisa advindas do Ministério Da Saúde, Mandarinino et al, (2019), faz um levantamento sobre a falta de dados nos bancos de informações do Sistema Único de Saúde (SUS), sobre a comunidade LGBT, esses dados que deveriam ser atualizados rotineiramente, para que o sistema aprimore seu atendimento, e entenda as demandas destes, na realidade nem existe.

Mais uma vez, o sistema de gestão, não preconiza a saúde LGBT, como algo importante, e deixa ao leu suas demandas, botando assim em cheque suas políticas de saúde que aparentemente foram criadas como um “tapa buraco”, para minimizar os efeitos à longo prazo da falta de assistência, e assim não entrar em desacordo com o Art. 196 da Constituição Federal que menciona que saúde e um direito de todos e dever do estado (BRASIL, 1988).

Outro indicador que influencia o cotidiano da comunidade LGBT, está relacionado a política e o discurso de ódio contra a comunidade gay como descrito no artigo 6 do quadro 2 acima relacionado. Nele Dalmolin, Castilho e Feliciani, (2019) descreve um triste roteiro de ódio de Marco Feliciano, atual deputado federal, nesse contexto declarações assim vinda de nossos governantes que deveriam proteger o direito de todos, acabam influenciando mais violência e mais preconceito.

Já Medeiros (2019), cita um levantamento dos ataques as minorias, correlacionado nas vésperas e após a eleição do atual Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, nesse ele informa mais de 150 ataques as minorias, como negros, mulheres e LGBT's. É perceptível que a política atual e de modo geral preconceituosa.

Assim sendo, essa marginalização das minorias vinda de políticos, deixam a comunidade enfraquecida, e acabam tendo seus direitos lesados. O preconceito vindo do escalão político eleito pelo povo mostra nada mais nada menos que a vontade de uma sociedade preconceituosa que vive em um estado de democracia podendo assim expor seus ideais por meio do voto livre, desde 1988 ano da criação da Constituição Federal do Brasil, (BRASIL, 1988).

Esses devaneios políticos e falta de acesso a informações levam a vários problemas na saúde da comunidade LGBT, um fator vulnerabilizante de saúde, e o adoecimento. O estudo de características que causas adoecimento de mulheres Trans e Travestis, sugere que os fatores de moradia, renda, estudo, condição de vida, e preconceito, assim como a

violência sofrida corriqueiramente, são fatores de adoecimento mental, dados que ainda são invisíveis para o SUS, (MIURA et al., 2019; ZUCHI et al., 2019).

De acordo com a análise dos artigos selecionados, foi identificado em meio aos temas, o principal produto da vulnerabilidade de saúde que a comunidade LGBT vive diariamente, fatores esses que influenciados por demandas externas, e internas dificultam o acesso a saúde da comunidade. Os movimentos políticos acabam dando mais força ao preconceito instalado nas instituições, e da comunidade, a violência decorrente dos ataques de homofobia complicam ainda mais o acesso a dignidade dos direitos básicos da comunidade LGBT (MEDEIROS, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ampliar-se a visão sobre o tema, este artigo pode dar luz a uma realidade ainda sombria, os desafios, de entender e escrever sobre o tema foram muitos. Porém a proposta de compor algo ainda polêmico e esquecido, foi esclarecer. Ficou claro durante o levantamento que o preconceito, e a violência, e o principal fator vulnerabilizante da saúde Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (LGBT).

Os indicadores da problemática acima desenrolada denota que ainda são grandes os problemas vivenciados, e que agora mais do que nunca, parte de uma esfera sociopolítica, e etno cultural. As dificuldades enfrentadas por essa comunidade, ainda que com pequenas conquistas são muitas, mas ainda sem visibilidade e entendimento público. A ideia de controle sobre o gênero, e a semântica do conservadorismo hegemônico, levanta a ideia de poder sobre o outro, quebrando assim a liberdade e o individualismo de cada ser, afinal partimos de um estado de individualidade, algo que vem sendo destruído pela política, pois não é caracterizado por um problema a ser solucionado, ainda assim o patriarcado comanda os principais poderes.

Esse preconceito e violência, e algo apadrinhado pelos governantes. Um estado de cumplicidade foi formado, aonde se o mais poderoso pode a comunidade também pode o medo de morrer ou sofrer alguma violência faz com que a comunidade LGBT se cale, ainda assim com muitos movimentos e luta pelo direito, o medo prevalece.

O que se pode entender e que ainda sim com muita luta e dedicação, a saúde e falha, o fator da invisibilidade elencado, mostra que ainda é preciso a promoção e desenvolvimento de políticas e programas efetivos, para que seja possível o acesso

integral, equitativo e universal do Sistema Único de Saúde (SUS), respeitando assim o direito constitucional de cada um.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. PORTAL TEMPO NOVO. **Contarato acusa Ministro de Bolsonaro de Homofobia e aciona STF.** Disponível em: <https://www.portaltemonovo.com.br/contarato-acusa-ministro-de-bolsonaro-de-homofobia-e-aciona-stf/>. Acesso em: 22 out. 2020.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel de Indicadores do SUS.** Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/painel_indicadores_sus_n5_p1.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

BLUME, B.A. POLITIZE!. **O que é homofobia?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/homofobia-o-que-e/>. acesso em: 10 set. 2020.

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000300003&lng=en&nrm=iso. access on 10 Dec. 2020.

CARVALHO, C. A.; AZEVÊDO, J. H. P Do AZT à PrEP e à PEP: Aids, HIV, movimento LGBTI e jornalismo. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. :246-260, abr./jun.2019.

DALL'AGNOL, Rosângela de Sant'Anna. A sexualidade no contexto contemporâneo: permitida ou reprimida?. **Psic**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 26-31, dez. 2003. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142003000200004&lng=pt&nrm=iso. acessos em 10 dez. 2020.

DALMOLIN, Aline Roes; CASTILHO, Marina Martinuzzi; FELICIANI, Márcia Zanin. Nós versus eles: ódio biopolítico contra a população LGBT no Twitter de Marco Feliciano. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 273-286, abr./jun. 2019.

ETTORE, Stefani Medeiros. Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, BRASIL, v. 13, n. 2, jul./2019. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1728>. acesso em: 21 set. 2020.

FERMENTÃO, C. A. G. R; LOPES, S. H. K. O PRECONCEITO QUE GERA A HOMOFOBIA, FRUTO DO DESRESPEITO AOS DIREITOS PERSONALÍSSIMOS E Á DIGNIDADE DO HOMOSSEXUAL. **PUBLICA DIREITO**, MARINGÁ PR. BRASIL, out./2018. Disponível em:

Michael Jonny Souza LOPES; Raylton Aparecido Nascimento SILVA; Thiago Oliveira Sabino de LIMA; Giovanna Felipe CAVALCANTE; Layane Mota de Souza DE JESUS; Ruhena Kelber ABRÃO. A VULNERABILIDADE VIVENCIADA PELA COMUNIDADE LGBT NO ATENDIMENTO LGBT DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO-2022. Ed. 40. V. 01. Págs. 70-83. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c930eecd01935fee>. acesso em: 12 out. 2020.

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Declarações de ministro da Educação sobre gays e papel do MEC contrariam lei, dizem especialistas.** Disponível em: <https://www.folhape.com.br/politica/declaracoes-de-ministro-da-educacao-sobre-gays-e-papel-do-mec/156020/>. acesso em: 19 jun. 2020.

HONORATO, L. ESTADÃO. **Apesar de políticas, população LGBT enfrenta dificuldades no acesso à saúde.** Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/bem-estar,apesar-de-politicas-populacao-lgbt-enfrenta-dificuldades-no-acesso-a-saude,70002889423>. acesso em: 18 set. 2020.

JESUS, J. G. D. **ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: CONCEITOS E TERMOS:** Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. **DIVERSIDADE SEXUAL**, BRASÍLIA DF, BRASIL, v. 1, n. 2, dez./2012.

MANDARINO *et al.* (In)visibilidades da saúde da população LGBT no Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS), Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, apagra, v. 13, n. 3, jul./2019. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1722/2304>. acesso em: 5 jul. 2020.

MENDES, Wallace Góes; SILVA, C. M. F. P. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial. **Ciênc. saúde coletiva**, Belo Horizonte, MG, Brasil., v. 25, n. 8, mai./2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S1413-81232020000501709. acesso em: 20 set. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. acesso em: 16 out. 2019.

OLIVEIRA, B. D. P; SILVA, M. A. S. D; SOUZA, M. S. D. O direito à saúde de pessoas trans* no Distrito Federal: entre o direito de existir e o direito à equidade. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, BRASÍLIA DF, BRASIL, v. 1, n. 8, mar./2019. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/502>. acesso em: 16 jul. 2020.

PARENTE, Jeanderson Soares; MOREIRA, F. T. L. D. S; ALBUQUERQUE, Grayce Alencar. Violência física contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do nordeste brasileiro. **Rev. salud pública**, BOGOTÁ, COLÔMBIA, v. 20, n. 4, ago./2020. Disponível em:

Michael Jonny Souza LOPES; Raylton Aparecido Nascimento SILVA; Thiago Oliveira Sabino de LIMA; Giovanna Felipe CAVALCANTE; Layane Mota de Souza DE JESUS; Ruhena Kelber ABRÃO. **A VULNERABILIDADE VIVENCIADA PELA COMUNIDADE LGBT NO ATENDIMENTO LGBT DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.** *Facit Business and Technology Journal*. QUALIS B1. JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO-2022. Ed. 40. V. 01. Págs. 70-83. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S0124-00642018000400445. acesso em: 19 ago. 2020.

QUIXABEIRA, Alderise Pereira; FERREIRA, Ruhena Kelber Abrão. Uma análise da produção do conhecimento em periódicos da Educação Física: o corpo em destaque (2012-2018). **REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA**, v. 13, n. 29, p. 373-385, 2021.

RUFINO, A. C. *et al.* Práticas sexuais e cuidados em saúde de mulheres que fazem sexo com mulheres: : 2013-2014. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Teresina-PI, Brasil, v. 27, n. 4, nov./2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222018000400302&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 13 ago. 2020.

SALES, Orcélia Pereira et al. O Sistema Único de Saúde: desafios, avanços e debates em 30 anos de história. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 17, p. 54-65, 2019.

SANTANA, Martin Dharlle Oliveira et al. Conhecimentos e práticas de lazer: uma perspectiva de trabalho e saúde. **Linhas Críticas**, v. 27, 2021.

SILVA, Sérgio Gomes da. Preconceito no Brasil contemporâneo: as pequenas diferenças na constituição das subjetividades. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 2-5, jun. 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000200002&lng=pt&nrm=iso. acessos em 10 dez. 2020.

SOUZA, W. V. F; FELICIANO, C. A.SILVA. Mapeamento dos crimes de ódio contra lgbt: uma leitura socioespacial da violência ENTRE OS ANOS DE 2017 E 2018. **REVISTA GEOGRAFICA EM ATOS**, São Paulo, BRASIL, v. 1, n. 16, ago./2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/7283/Souza>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ZUCCHI, E. M. *et al.* Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, BRASIL, v. 35, n. 3, mar./2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000305008&tlng=pt. acesso em: 7 set. 2020.

Agradecimento a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão pela Bolsa de Pesquisa.

Michael Jonny Souza LOPES; Raylton Aparecido Nascimento SILVA; Thiago Oliveira Sabino de LIMA; Giovanna Felipe CAVALCANTE; Layane Mota de Souza DE JESUS; Ruhena Kelber ABRÃO. A VULNERABILIDADE VIVENCIADA PELA COMUNIDADE LGBT NO ATENDIMENTO LGBT DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. *Facit Business and Technology Journal*. QUALIS B1. JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO-2022. Ed. 40. V. 01. Págs. 70-83. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.